

DEPUTADO PEDRO GOMES
DECLARAÇÃO POLÍTICA
SAÚDE
16JUN2010

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo Regional

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Em Dezembro de 2008, o Secretário Regional da Saúde, afirmava que o Programa do X Governo na área da saúde tinha como objectivo “a melhoria de três facetas do cidadão: o cidadão enquanto utente do serviço Regional de Saúde; o cidadão enquanto profissional de saúde e o cidadão enquanto contribuinte”.

Catorze anos depois do início da governação socialista e de quase dois anos de mandato deste Governo Regional, a conclusão é esta: o Governo fala de utentes e esquece as pessoas, diz valorizar os profissionais de saúde, mas desconfia deles, declara respeitar os contribuintes, quando todos os dias lhes pede mais dinheiro e lhes apresenta novas facturas por pagar.

De discurso em discurso, de cerimónia em cerimónia, de anúncio em anúncio, o Secretário Regional da Saúde procura exhibir uma autoridade que já não tem e uma competência que ficou por provar.

Em 10 de Abril de 2010, o Secretário Regional da Saúde afirmava que o Governo Regional “mais do que uma renovação” preparava “uma reforma no sector da saúde dos Açores”.

Os factos, mais uma vez, desmentem a singular propaganda governativa.

A anunciada reforma ficou por fazer, mas gastaram-se milhões – até ao insuportável endividamento – sem uma resposta satisfatória no acesso aos cuidados primários de saúde.

A saúde para todos não é uma realidade nos Açores.

Nunca é demais repeti-lo: há 80.000 açorianos sem médico de família.

Por ano, morrem nos Açores cerca de 2.500 pessoas: cerca de 1.100, vítimas de doenças circulatorias, cerca de 500 morrem com cancro e 150 vítimas de diabetes.

Os Açores são a região do país com a maior taxa de prevalência de doenças cardiovasculares e a região do país com a maior taxa de prevalência de diabetes.

O Serviço Regional de Saúde tem apenas 125 médicos de medicina geral e familiar, necessitando de mais 60 profissionais para dar resposta às necessidades dos Açorianos.

A rede de cuidados continuados, prometida desde 2005, tem apenas 90 camas em toda a Região.

As listas de espera continuam a envergonhar a governação socialista, sem que o Governo Regional enfrente o problema com vontade reformadora.

Aqui, o silêncio é a regra e o encobrimento a política.

O Governo Regional, por Despacho do Secretário Regional da Saúde, obrigou-se a publicar na internet as listas de espera cirúrgicas.

Desde Agosto de 2009 que as listas de espera cirúrgicas não são divulgadas.

Os últimos dados revelam que há 1.400 Açorianos em listas de espera cirúrgicas, alguns dos quais há mais de 4 anos.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo Regional

Senhoras e Senhores Membros do Governo

O mês de Abril parece ter sido o tempo da epifania política do PS.

Neste mês, o Secretário Regional da Saúde divulgou o Plano Regional de Saúde para o período de 2009/2012.

Atrasado no tempo, feito de diagnóstico e parco de estratégia, o Plano Regional de Saúde há-de morrer como nasceu: anónimo.

Pela mão deste Governo, o Plano Regional de Saúde tornou-se num documento político e não de orientação para o desenvolvimento do Serviço Regional de Saúde.

O Plano Regional de Saúde nasceu enfeitado, já que foi aprovado sem que houvesse qualquer avaliação do último ou mesmo do anterior.

Nasceu, também, sob o signo da modéstia forçada: cada um dos onze programas que o compõem dispõe apenas de cerca de 30.000 euros, menos do que o preço do carro oficial do Senhor Presidente do Governo Regional.

Durante o Congresso do Partido Socialista, ao fim de catorze anos de poder, o Presidente do Governo Regional, na sua função de líder socialista, descobriu a necessidade de combater o "desperdício" na área da saúde.

Poucos dias depois, o Secretário Regional da Saúde, na assinatura dos contratos-programa para o corrente ano, impunha aos hospitais da Região uma diminuição de custos na ordem dos 14 milhões de euros para 2010 e de 20,6 milhões de euros para 2011, perante a incredulidade dos gestores destas unidades de saúde, nomeados pelo Governo Regional.

A Presidente do Conselho de Administração do Hospital do Santo Espírito afirmou mesmo que “será muito difícil atingir as metas de cortes nas despesas impostas pela tutela” e o Conselho de Administração do Hospital da Horta colocou já o seu lugar à disposição, considerando ser impossível proceder aos cortes impostos.

Como reduzir a despesa, sem colocar em causa os cuidados de saúde prestados aos Açorianos?

Como poupar, se o Governo Regional não paga a horas aos Hospitais, EPE?

Como administrar bem, se o Governo Regional não cumpre pontualmente as suas obrigações ao abrigo dos contratos-programa?

Como gerir melhor, se o Governo Regional é o campeão do despesismo?

Esta crise revela bem a extensão do sub-financiamento da área da saúde. Em 2007, os Hospitais, EPE tiveram um prejuízo de 83 milhões de euros, em 2008 de 51 milhões de euros e em 2009 de 60 milhões de euros.

Em 2008, os três hospitais da Região perderam a quase totalidade do respectivo capital próprio. Isto é, se fossem empresas privadas, estavam falidos.

A dívida global do Serviço Regional de Saúde ultrapassa os 500 milhões de euros, quando em 1996 era de apenas 21,4 milhões de euros.

Artificialmente, o Governo Regional transfere para os Hospitais, EPE a resolução do problema da má gestão do Serviço Regional de Saúde, pela qual é o único responsável.

O Governo Regional comporta-se como um mágico decadente, procurando repetir o velho truque da cartola e do coelho. Só que o coelho já não está lá e o truque perdeu a magia.

É preciso uma nova política de saúde nos Açores.